



Ata nº 42

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 29 presenças):

Berta Paula Brito Cruz Silva Dias (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); Dulce Isabel Vilhena (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Catarina Rodrigues dos Santos (PSD); Ana Maria Baptista André (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Artur Clemente Neto Viegas (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); João Carlos Pereira Peres Brandão (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); João Paulo Avelino Pereira (PS); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo Azevedo Lage (PSD – União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

- Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD) – Substituído por Berta Paula Brito Cruz Silva Dias;
- Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada;
- Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Carlos Alberto;



- Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício;
- António Manuel Dias Mendonça (CDU) – Substituído por Dulce Isabel Gonçalves Rodrigues Vilhena;
- Tiago Botelho Martins da Silva (PSD) – Substituído por Catarina Rodrigues dos Santos ;
- António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por Ana Maria Baptista André;
- Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS) – Substituído por Artur Clemente Neto Viegas;
- Célia Maria Alves Gonçalves (BE) – Substituída por João Carlos Pereira Peres Brandão;
- Susana Cristina da Silva Joaquim (PS) – João Paulo Avelino Pereira.

- Composição da Mesa:-----

Presidente: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

1º. Secretário: Cláudia Suzana Silva da Luz.

2.ª Secretária: Catarina Rodrigues dos Santos.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho, o Vice- Presidente, Paulo Santos e os Vereadores Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Teresa Aleixo Almeida Santos; Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias; André Lopes Lara Ramos e Sandra Filipa Mateus Moreira Guerreiro Nunes.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:***

I – Período Antes da Ordem do Dia

II – Ordem do Dia

- 1 – Aprovação da ata nº 41, de 26/04/2024;



- 2 – Conhecimento da Proposta n.º 157/2024/CM – Apresentação do relatório de avaliação anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- 3 – Conselho Municipal de Segurança – Indicação de representantes e substitutos;
- 4 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 197/2024/CM – Consolidação de Contas de 2023;
- 5 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 174/2024/CM – Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 195,00m², sita na Urbanização Quinta das Laranjeiras, União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro);
- 6 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 187/2024/CM – Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 75,65m² no âmbito do Processo de obras n.º 185/2023, em nome de Gonçalo Dias Mascarenhas;
- 7 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 204/2024/CM – Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de 594,47m² e integração no domínio privado do Município, no âmbito do Processo de obras n.º 92/2020, em nome de Município de Faro;
- 8 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 203/2024/CM – Alteração e ampliação de um armazém destinado a equipamento/clínica para crianças com incapacidade motora ou cognitiva – Pedido de declaração comprovativa que o projeto é considerado de interesse municipal, com enquadramento do artigo 25.º do Regime da RAN;
- 9 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 182/2024/CM – Procedimento concursal concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro e a Ilha Deserta, na Ria Formosa, Algarve;
- 10 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 213/2024/CM – Aditamento aos Autos de Transferência de Recursos para as Freguesias do Concelho;



11 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 214/2024/CM – Aditamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Faro e as Freguesias de Santa Bárbara de Nexe, Montenegro e União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – mandato 2021-2025;

12 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III. Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Boa noite. Vamos dar início à sessão da Assembleia Municipal. Passo a cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados Municipais, o público aqui presente e também o público que nos acompanha em casa.

Dando início à ordem de trabalhos, começamos pelo período antes da ordem do dia e passamos a aceitar inscrições para o efeito. Sr. Deputado Manuel Mestre, do MPT, pode usar a palavra.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite a todos. Boa noite ao Sr. Presidente em exercício, boa noite ao Sr. Presidente da Câmara, caros membros desta Assembleia.

Duas questões rápidas, uma que tem a ver com a praia e outra com a cidade.

Relativamente à Praia de Faro, quando é que as casas de banho públicas vão estar abertas? Tem havido muitas solicitações sobre as mesmas e gostávamos de conseguir dar uma resposta às pessoas.

Em relação à cidade, existem muitas passadeiras, saber se vai haver algum procedimento para as passadeiras serem pintadas, porque existem “n” passadeiras que não estão pintadas, assim como no Montenegro, que existem passadeiras muito altas, principalmente na rua que tem acesso ao aeroporto e normalmente os carros, ou não as veem, ou passam em excesso



de velocidade por cima das passadeiras e origina ali um constrangimento que pode ser grave. É só.

Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento todos.

Falar em primeiro lugar do falecimento do poeta Casimiro de Brito, poeta Algarvio, nascido em Loulé, faleceu com oitenta e três anos, se não me engano, e deu muito à poesia e à literatura do iluminismo algarvio.

Em segundo lugar, falar também de uma personalidade de Marrocos, Amina Bouayach, é uma magistrada que recebeu o Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa 2023, em prol da vida. Foi o próprio Presidente da República a discursar e a atribuir o prémio. E foi muito importante porque é uma figura notável relacionada com a vida. Hoje vai haver um grande debate, pela manhã, entre os candidatos para Presidente dos Estados Unidos e esse debate vai focar também, penso eu, o problema do uso do porte de arma nos Estados Unidos.

Amina Bouayach é contra a pena de morte. Quer dizer, entrámos no terceiro milénio e ainda está atual, sobretudo nos Estados Unidos, e não faz sentido nenhum, um país com um potencial humano e europeu, também, de origem europeia, somos nós que vertemos para o lado de lá a nossa cultura, e ainda haver Estados Americanos com a pena de morte é uma coisa inconcebível.

Por último, e aproveitando o que o meu colega Manuel Mestre acabou de falar sobre as ilhas, eu soube também de um programa financeiro europeu que se chama Restauro. Este programa está dentro do âmbito do PPR e vai ser atribuído um conjunto de verbas e financiamentos para restaurar a floresta. Portanto, vai-se prever a reflorestação de espaços importantes no nosso país. Eu chamo logo o Algarve o programa para o coberto florestal do cordão dunar, da Ilha de Faro, da Deserta, do Farol, da Armona, da Culatra e que poderia estar integrado num plano regional para prevenção da erosão costeira, essencialmente, e cortina aos ventos tempestuosos e as chuvas diluvianas que vão vir (não pensem que parou de chover), hão



de vir chuvas diluvianas e que têm um efeito importante na erosão costeira. Muito obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe (CDU) – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, cumprimento todos os presentes.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, estamos necessitados urgentemente de uma intervenção, nomeadamente nos serviços municipais. A Câmara Municipal de Faro tem uma parceria, aliás, uma descentralização de competências, firmada com as Juntas de Freguesia e, nessa parceria, a Câmara Municipal cede uma máquina retroescavadora, um camião e o pessoal correspondente. As Juntas de Freguesia participam com o material e, no âmbito dessa parceria, as Juntas de Freguesia fazem o arranjo de dezenas e dezenas de caminhos rurais e caminhos municipais.

Neste momento, existe uma situação ao nível do pessoal da Câmara Municipal, que não tem permitido a efetivação desta parceria. Ou seja, a máquina retroescavadora está parada e as necessidades de reparação de caminhos rurais e caminhos municipais vão-se acumulando.

Nós solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara que dê atenção e que se tente resolver esta situação, porque os problemas vão-se acumulando e, sem a cedência dessa máquina retroescavadora, não se consegue fazer essa manutenção dos caminhos. Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa saúdo a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, os excelentíssimos deputados municipais e o respetivo público.

Eu trago aqui uma questão pertinente que está na ordem do dia, que é a questão da água. É preocupante, até a nível regional, como já foi ultrapassado o limite de perdas ao nível regional e ao nível nacional, isto é transversal a todas as Câmaras. Mas também é preocupante, as ruturas constantes em Faro. E já lá vão cerca de quinze anos que se fez algum investimento nessa área, principalmente para as zonas rurais, mas em Faro



não se planeou com o tempo, e esta é uma obra que custa milhões e que ninguém gosta. Não gosta quem está no poder, não gosta a população e não gostam os comerciantes. E que é uma obra que se vai gastar milhões, que fica enterrada e que ninguém vê a obra.

O que me preocupa é que, ao longo destes anos todos, não se planeou e não se faseou esse investimento, que isto são obras que levam uma década e que custa milhões. E é preocupante que em Faro, neste momento, as ruturas estão constantes e algumas com uma dimensão muito grande. A população reclama e com razão! O executivo reclama também com alguma razão, que não consegue conter, de facto, a situação em que se encontram as condutas.

Faro está a crescer e nós temos que planear. E este planeamento não é feito a curto prazo, é um planeamento que tem que ser feito a médio prazo e com investimentos faseados, que a Câmara não tem condições para fazer um investimento, em colaboração com o privado, em que a Câmara tem 51% e o investidor da Fagar tem 49%, mas a Câmara tem a responsabilidade política de projetar e nos dar um sinal positivo da sua preocupação em relação ao futuro.

O Sr. Presidente já não vai apanhar esta situação, mas se não houver aqui um planeamento imediato na situação emergente que vai surgindo... E eu aqui realço o excelente trabalho que os funcionários da Fagar, com um sacrifício terrível, até às altas horas da noite, que trabalham para de facto fazer estas reparações que são urgentes.

A minha preocupação, Sr. Presidente, e o senhor tem mais um ano de mandato, é que é preciso ter coragem de, em colaboração com o parceiro, que se planeie com tempo, mas o Presidente da Câmara que vier tem esta grande responsabilidade de planear para a próxima década e resolver o problema em que se encontram as condutas da cidade de Faro. Porque não é só uma perda de água, perde-se muita água, mas é a questão da situação do mal que causa à população, aos comerciantes e é a imagem que fica para a cidade.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a minha preocupação e deixo aqui esta mensagem. O futuro passa por si em relação ao próximo orçamento, tem



que haver uma verba, em colaboração com o parceiro, que dê um sinal de preocupação em relação a esta matéria. Tenho dito.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente em exercício, cumprimento-o a si, cumprimento a Mesa, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, cumprimento os senhores e senhoras vereadores, os deputados e deputadas municipais aqui presentes e a quem assiste.

Gostaria, Sr. Presidente, em primeiro lugar, de lhe pedir um esclarecimento sobre o que está a acontecer em relação às areias da Praia de Faro. Recebemos muitas fotografias em como as areias estão a ser retiradas, não conseguimos obter uma resposta da APA nem da Câmara Municipal e gostaríamos de ser devidamente esclarecidos, mais requerendo à Mesa, que a resposta do que se passa em relação às areias da Praia de Faro, para além da explicação oral que o Sr. Presidente nos possa dar, seja também enviada à bancada do Partido Socialista por escrito e às restantes bancadas se assim o entenderem.

Gostaria também de questionar no que concerne às obras do Montenegro. Questiono se serão como a Sagrada Família, que não tem fim, e, portanto, na esperança de que não demorem cem anos como a atual Catedral da Sagrada Família, gostaríamos de saber quando é que vão terminar.

E agora o assunto mais delicado, porque nos exige a todos os presentes uma história um pouco mais sensível, é a história da pequena Maria Carolina. A Maria Carolina é uma criança de quatro anos, que tem um problema muito grave e, na sequência de uma paralisia cerebral, tem uma incapacidade de 95%. A Maria Carolina é utente da Junta de Freguesia da Sé/S. Pedro, das sessões de acupuntura que, bem, são postas ao serviço dos fregueses por parte da Junta de Freguesia.

Sucedem que a sensibilidade que se tem de ter num caso destes, é mais especial. E permitam-me aqui fazer um ligeiro parêntese nesta história para recordar quando, aqui há uns anos, tive a oportunidade de me dirigir à (à data) vereadora Teresa Correia, agora deputada municipal desta casa, e tive a oportunidade de falar de um membro desta Assembleia Municipal, que se chama Filipe Nascimento, parapléxico e que vive com grandes



dificuldades, pelas dificuldades que esta cidade apresenta para cidadãos com mobilidade reduzida.

E agora volto à situação da Maria Carolina. A Maria Carolina, o pai teve que adaptar o seu transporte para poder transportar a sua filha dentro da cidade e sempre que precisa de se deslocar a Lisboa. Nas sessões de acupuntura que faz na Junta, não consegue aceder ao lugar de estacionamento de mobilidade reduzida que se encontra naquele espaço, por variadíssimos motivos. Em primeiro lugar, porque é muito frequente, e temos as fotografias, as próprias carrinhas da Junta de Freguesia ocuparem parte desse lugar. E depois, por outro lado, este lugar não cumpre com as normas legais, o que significa que este pai não tem como conseguir retirar a sua filha da carrinha onde a transporta para a conseguir, em condições, colocar dentro da Junta. Mas o que é mais grave, nisto tudo, é que este pai tem a *audácia* de estacionar o carro nos lugares reservados à Junta de Freguesia para poder retirar a sua filha em condições. E, toda vez que o faz, é abordado por funcionários da Junta, que lhe dizem apenas: o senhor descarregue a sua filha e vá estacionar o carro noutra lado.

É muito triste que em pleno século XXI tratemos as pessoas desta forma, e não haja sensibilidade para terem atenção ao que se passa com este pai.

Como se também não fosse suficiente, este pai, que mora próximo da zona Calouste Gulbenkian, está há dois anos a aguardar que seja alterada uma escada que o impede de conseguir que a sua filha circule da forma correta dentro do passeio. Na Calouste Gulbenkian. A Câmara tem este conhecimento, há dois anos que este pai manda e-mails, e as respostas não vêm. Bem sabemos que o Sr. Presidente da Câmara tem feito tudo o que está ao seu alcance, mas parece que é preciso fazer mais, porque é preciso olharmos, porque temos que tratar por igual quem é igual, e tratar da diferença de quem é diferente, da forma mais igualitária possível.

Eu não podia ficar calada com esta situação quando há um pai que me aborda e me pede que eu fale da forma como é tratado na Junta de Freguesia. Mais: que envia e-mails que não obtém qualquer tipo de resposta, e não é assim que os eleitos se devem comportar.



O poder local foi uma conquista do 25 de Abril e aproximou os autarcas e as autarquias das suas populações, dos seus fregueses e dos seus munícipes, pelo que é preciso ter mais atenção e mais cuidado com este tipo de situações, para que elas não se repitam. Disse.

Muito obrigada, Sr. Presidente.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro, Sé e S. Pedro) – «Obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

É com satisfação, muita satisfação, que hoje na Assembleia Municipal de Faro estamos a discutir coisas da Junta de Freguesia de Faro. Obviamente, para mim só me pode dar satisfação, quando os deputados municipais, tendo nós uma Assembleia ainda há poucas dias atrás, os deputados do Partido Socialista não terem mencionado este tema, mas agora virem aqui a Assembleia Municipal falar sobre temas da Junta, o que para mim me satisfaz, porque é sinal que dão importância e dão grande nobreza ao trabalho da Junta de Freguesia nesta cidade.

Sobre a matéria em apreço, esclarecer alguns aspetos. De facto, existe um estacionamento de mobilidade reduzida, que foi solicitado exatamente pela Junta de Freguesia há sete anos, que nunca existia naquele local. Portanto, isso que fique registado, se existe um lugar de estacionamento de mobilidade reduzida, foi exatamente este executivo que o criou, ou que pediu aos serviços da Câmara para o criar.

Depois, estas pessoas de mobilidade reduzida – não só esta pessoa em questão, são várias – muitas vezes não têm este estacionamento disponível, têm o estacionamento da Junta de Freguesia sempre disponível para carregar ou descarregar material ou as pessoas. Agora não podem é deixar o carro aparcado durante uma hora e meia, ou durante a hora do estacionamento, quando as pessoas esperam pacientemente que esse tratamento termine.

Também convém esclarecer que todos os e-mails que são enviados à Junta de Freguesia são respondidos. Inclusivamente, este foi mais além. Eu tive a possibilidade, tanto eu como os meus funcionários, de esclarecer



exatamente os motivos por que nós dizemos porque é que estacionam, a senhora sai do carro, vai fazer o seu tratamento, uma hora e meia depois o carro pode parar lá novamente e a pessoa entra dentro do carro e segue. Agora não podemos é estar a usufruir dos estacionamentos da Junta de Freguesia, porque há mais cidadãos e tem de haver civismo. Da mesma forma que esta pessoa se sente muitas vezes constrangida porque o lugar de mobilidade reduzida está condicionado, está a ser ocupado, também os outros cidadãos que se deslocam à Junta de Freguesia têm o direito de terem os lugares para estacionar, fazer os seus afazeres dentro da Junta de Freguesia, pedir um atestado, ou que for e depois ir à sua vida.

Agora ocupar os lugares de estacionamento, desculpem-me lá, mas não parece razoável, para algumas pessoas isto poderá ser razoável, para outros, por uma questão de civismo não é. Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente, agradecendo a palavra, só dez segundos para dizer aqui uma coisa.

Sr. Presidente da Junta vai-me perdoar: não se descarregam pessoas! Descarregam-se sacos de batata, não se descarregam pessoas!

Sr. Presidente, não se descarregam pessoas! Descarregam-se sacos de batatas.

E mais devo dizer que os tratamentos duram quarenta minutos.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito obrigada. Cumprimentar o Presidente em exercício e, na sua pessoa, todos os presentes.

Venho aqui abordar uma questão que tem sido acompanhada com bastante proximidade por mim, uma vez que presido à Comissão designada por Desporto, Cultura e Associativismo. E, ao longo do trabalho que fomos desenvolvendo, percebemos que as associações desportivas e culturais desempenham nesta cidade um papel vital no desenvolvimento e no bem-estar de uma cidade.

Aqui estão alguns dos princípios que motivam esta importância e que destacam a dinâmica de uma cidade, e são todas as associações,



nomeadamente as desportivas e as culturais. Há aqui um incremento no que diz respeito à integração e coesão social, tanto de saúde como de bem-estar, estilos de vida saudável, geração de emprego, turismo, economia local, educação e formação, consciência ambiental, entre outros.

Portanto, dizer que o número que existe, na cidade de Faro, de associações culturais e desportivas é muito grande, mas aquilo que ela oferece à cidade é igualmente grande.

Agora, temos aqui uma questão que nos causa alguma interrogação, e é por isso que esta situação está aqui a ser votada, que diz respeito à Associação de Comerciantes da Região do Algarve, designadamente a ACRAL. Tem tido incrementos de apoio que já ultrapassam um milhão de euros e a pergunta é: onde é que se encontra, dentro deste incremento que as associações na sua generalidade dão à cidade, a motivação para esta disponibilização financeira por parte da autarquia? Muito obrigada.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma vez, boa noite a todos.

Como já tinha solicitado na reunião de líderes, venho pedir a esta casa para fazermos um minuto de silêncio em honra do Sr. Rodolfo Oliveira, e ser lida uma nota de pesar, curta, para aqueles que não o conheciam. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Presumo que ninguém se opõe a esta prestação de homenagem e, ninguém manifestando opinião em contrário, vou pedir ao deputado Manuel Mestre que leia a nota de pesar.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Rodolfo Florindo Caliço de Oliveira, nasceu a 18 de dezembro de 1946, natural de Faro, filho de Rodolfo Florindo de Oliveira e de Águeda Caliço de Oliveira. Oriundo de uma família com fortes raízes em Faro e que sempre desenvolveram a sua atividade na nossa cidade.

Rodolfo Oliveira, fervoroso adepto do Sporting Club Fareense, amor que herdou do seu avô e pai, estando sempre presente nos jogos desde tenra idade. Amor esse que passou ao seu filho que vai continuar a levar o



Farense no coração. Desenvolveu a sua atividade económica no Mercado Municipal de Faro, no negócio da carne, durante sessenta anos. Mas essa atividade começou com o seu avô que faria este ano 100 anos de existência.

Rodolfo Oliveira assistiu a todas as transformações que o Mercado Municipal sofreu e a sua evolução. Pessoa atenta ao que o rodeava, sempre pronto para ajudar. Nas palavras dos seus amigos, o Rodolfo era amigo do amigo, sempre prestável. O Rodolfo era amigo e sempre pronto. Faleceu no dia 18 de junho de 2024, que repouse em paz. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Muito obrigado. Para dar cumprimento à proposta, vamos então fazer um minuto de silêncio.»

Decorrido o minuto de silêncio, e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, a Mesa os Srs. vereadores, os digníssimos membros da Assembleia Municipal, digníssimos munícipes que nos acompanham aqui na sala ou lá em casa.

Dar aqui algumas notas sobre as questões que aqui foram colocadas. Sobre os WC's públicos da praia, espero que dentro de uma semana provavelmente... como sabem, todos os procedimentos de contratação estão atrasados este ano e estamos neste momento na fase da minuta de contrato e assinatura de contrato e, portanto, logo a seguir iniciaremos todo o apoio que é devido.

Sobre as passadeiras, também fizemos uma contratação (essa já está assinada) e por aquilo que ainda hoje me disseram, penso que na próxima semana começar-se-á a fazer pinturas horizontais nas diversas vias do concelho.

Relativamente às passadeiras altas e aos carros a bater, bom, aí não vou fazer comentários, é mesmo assim, o que posso referir sobre isso é que



algumas têm pouca a visibilidade, é verdade, e portanto, espero que isso possa ser colmatado rapidamente.

A questão da retroescavadora, vou ver o que é que se passa, não tinha sequer conhecimento disso. Sobre a questão da manutenção dos caminhos e a retroescavadora que faz semanalmente a rotação pelas quatro freguesias, vou ver essa questão.

Sobre o que o membro Carlos Alberto disse sobre a água, é verdade e tenho a mesma preocupação que o Carlos Alberto. Nos últimos dez anos nós já fizemos mais de quinze milhões de investimentos, o que é pouco, significa um milhão e pouco por ano, parece um valor grande, mas estamos a falar em dez anos e portanto não é expressivo. Fizemos duas candidaturas à AMAL, que foram aprovadas e já estão executadas, na ordem de três milhões e pouco nestes dois últimos anos, temos uma agora, salvo erro de cerca de três milhões que está também em fase de assinatura e que vai iniciar-se logo que o contrato com AMAL esteja a funcionar, e portanto essa é uma preocupação. Provavelmente já me ouviram dizer isso, tenho a nível do Governo manifestado esta preocupação, que não é uma preocupação só do Município de Faro, aliás, infelizmente todo o país está nestas circunstâncias de podermos criar, nem falo em linhas de financiamento para isso, porque a União Europeia tem alguma dificuldade neste momento em disponibilizar investimento ou verbas para infraestruturas, mas que nos dessem algumas condições como exceção do limite de endividamento e por-aí-fora. Como sabe, no caso de Faro, que é diferente daqueles municípios que têm Serviços Municipalizados ou até têm o serviço internalizado, no caso de Faro e no Algarve, Tavira em particular, nós não podemos financiar isto, portanto nós não podemos fazer intervenções na rede pública, até porque temos um parceiro privado e isso era também dar benefícios ao parceiro privado e a lei não nos permite fazer isso.

O que temos feito juntamente com a FAGAR é que quando fazemos intervenções, regra geral eles fazem também, aproveitam, sai mais barato porque acabam por fazer a intervenção no subsolo e depois nós fazemos a intervenção por cima e portanto temos arranjado essa sinergia. Aliás, a



membro Tatiana falou nisso, na obra do Montenegro. A obra do Montenegro teve esse problema, é que a primeira intervenção feita naquela rua foi feita pela FAGAR, só depois é que nós fomos fazer, mas depois já darei mais explicações sobre isso.

Portanto, nós não podemos meter em orçamento, seja em 24, seja em 25, seja em 26, essa questão da intervenção na área da FAGAR. A FAGAR tem feito, através dos seus recursos, um excelente trabalho, nós temos piquetes e as pessoas estão disponíveis a qualquer hora, trabalhamos ao sábado, trabalhamos ao domingo, aos feriados, à noite, mas isso não chega. A nossa rede, em particular nesta zona mais antiga, tem setenta anos e precisa de uma intervenção grande. Estimamos nós, das conversas que temos, que precisaríamos entre trinta a quarenta milhões, no espaço de dez ou quinze anos, mesmo que amanhã tivéssemos quarenta milhões e tivéssemos um projeto de requalificação, se fizéssemos isso em toda a cidade tínhamos que mandar as pessoas daqui para fora. Portanto esta questão tem que ser faseada e nós temos esse trabalho, o que nos falta aqui é de alguma forma uma abertura para podermos ter uma intervenção maior.

Eu não percebi a questão do que é que está a acontecer nas areias da Praia de Faro, pedia que particularizasse melhor.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a informação que nos chegou é que estão a ser retiradas as areias, temos as fotografias. As areias, alegadamente, são areias sujas que à partida deverão ser...»

Presidente da Câmara Municipal – «Está a falar daquelas areias que estão na estrada? Já percebi, não tinha percebido.

As areias que vêm para a via pública não podem ser repostas diretamente no areal. Podemos achar que estão boas, mas não nos permitem isso. Nós estamos a trazer, estão no estaleiro e, logo que nos autorizem a repor, reporemos. Senão, ficarão no estaleiro e usaremos para outra atividade



qualquer. Mas não é possível. Legalmente não há uma máquina para tirar a área da estrada e jogar para o areal, e portanto essa é a razão.

Sobre as obras do Montenegro, elas estiveram paradas no início do ano porque há uma intervenção que tem que ser feita pela E-Redes, penso que neste momento já está a ser feita e portanto logo que a E-Redes termine, a obra será terminada porque falta muito pouco da nossa parte.

Sobre a questão da Maria Carolina, eu pedia que me fizesse chegar o nome e o contacto do pai para fazer um contacto e ver o que é que podemos, de alguma forma, ajudar, portanto se me poder fazer chegar o nome do pai ou da mãe e um contacto tratarei disso.

Sobre a questão que a membro Beatriz colocou, da ACRAL, o que nós temos feito com a ACRAL são protocolos para pôr em marcha aquele projeto do “Faro Somos Todos” e portanto é isso que continuamos a fazer, no sentido de dinamizar. Isto não tem nada a ver com associativismo, tem a ver com o sentido de dinamizar a Baixa, de chamar as pessoas para o comércio local e para criar, ao longo do verão, animação na Baixa como tem acontecido, como já começou, irá acontecer ao longo de todo o verão. Muito obrigado.»

Seguidamente passou-se ao período da Ordem do Dia.

PONTO N.º 01

Aprovação da ATA n.º 41 de 26/04/2024

Não houve intervenções, passou-se à votação

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (PS)

Votos a favor – 28 (10PSD;01MPT;01CH;01IL;09PS;02CDU;01BE;02CDS;01PPM)

A ata foi aprovada por maioria.

PONTO N.º 02

Conhecimento da Proposta n.º 157/2024/CM – Apresentação do Relatório de Avaliação anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.



Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «É apenas para dar conhecimento.»

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos apresentados.

PONTO N.º 03

Conselho Municipal de Segurança – Indicação de representantes e substitutos.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Alguém das bancadas se quer pronunciar?»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente da bancada do Partido Socialista, estamos já na disposição de apresentar o nome. Será o membro António Miranda, da Assembleia Municipal.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe) – «A CDU indica o membro Sérgio Martins.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros.

A bancada do PSD, em princípio, vai apresentar aqui o camarada Gameiro Alves.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito boa tarde, Sr. Presidente em exercício, desde já cumprimento todos os membros da mesa, todos os membros da Assembleia Municipal aqui presentes, funcionários e público.

A bancada da Iniciativa Liberal nomeia Daniel Viegas.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Antes de mais, queria cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa em exercício, cumprimentar todo o executivo que está aqui presente, cumprimentar todos os membros desta Assembleia Municipal, cumprimentar também todo o público aqui presente e o público em casa, a todos, uma boa noite.



O grupo parlamentar do CDS-PP vai querer estar presente neste Conselho Municipal de Segurança e indica o nome de Álvaro Patrício, para fazer parte. Obrigado.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma vez, boa noite. Só para dizer que o representante será Manuel Mestre, MPT.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Pelo PPM, Vítor Cantinho.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Não há mais manifestações, eu vou apenas relembrar os nomes que foram indicados para pô-los à aprovação:

António Miranda, do Partido Socialista; Sérgio Martins, da CDU; João Gameiro Alves, do PSD; Daniel Viegas, da Iniciativa Liberal; Álvaro Patrício, do CDS; Manuel Mestre, do MPT e Vitor Cantinho, do PPM.

Postos à votação, os nomes acima indicados foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 04

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 197/2024/CM – Consolidação de Contas de 2023.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta 197 versa sobre a Consolidação de Contas de 2023, que tem as contas do município e todo o universo de entidades que fazem parte desta consolidação.

Tem toda a documentação que é obrigatória nesta consolidação.

Os resultados são muito idênticos aos de 2023, o ativo anda nos duzentos e vinte e sete milhões, o ano passado era a mesma ordem de grandeza; o património também, 183; o capital próprio 117; no passivo 44 milhões e um resultado líquido na ordem dos 7,8 milhões de euros, sensivelmente igual ao do ano passado, que acho que foi de 7,7 milhões.



E portanto, nesse sentido o que se propõe é a aprovação desta Consolidação de Prestação de Contas, para seguir os trâmites legais. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

Só para pedir se o Sr. Presidente não se importa de pôr a imagem anterior... Muito obrigada, Sr. Presidente.»

O membro da AM, João Brandão (BE) – «Eu queria só fazer uma pergunta, porque eu sou ignorante nisto.

Eu gostava de saber porque é que a soma do património líquido com o passivo é que dá o total do ativo. As palavras a mim não me dizem nada, porque não sei nada de contabilidade. Mas o total do ativo é a soma do património com o passivo. Porquê? Alguém nos pode explicar? Por que é que se soma o passivo com o património para dar o ativo?»

Presidente da Câmara Municipal – «Eu confesso que da área financeira da tesouraria tenho algumas luzes. Nesta área não tenho muitas e a maior parte das coisas não percebo. Aliás, dou-lhe um exemplo: em 2012 salvo erro, no mandato 2009-2013, nós fizemos uma coisa que foi mandámos fazer a avaliação do património do município do domínio público. Era uma coisa que não estava feita e fizemos. E no ano seguinte o património aumentou cento e dez milhões. E eu depois, quando mandaram as contas, tínhamos um resultado líquido negativo de vinte ou trinta milhões, uma coisa qualquer assim. Eu: mas então a gente aumentou o património de cento e tal milhões, e isto agora dá um resultado negativo?

E depois explicaram-me que tinha a ver com as amortizações. E portanto, não sei se aqui pode ser uma coincidência ou não, não sei se é assim ou se não, mas o vereador Adriano percebe mais desta parte contabilística do que eu, se calhar, ele pode explicar.»

Vereador Adriano Guerra – «É mesmo assim. O ativo líquido tem que ser igual à soma, neste caso como estamos a falar de contabilidade pública do património líquido, mais o passivo e é isso que tem que estar equilibrado.



Ou seja, se tiver 100 de ativo líquido, tem que ter, por exemplo, 50, de capital próprio mais 50 de passivo. É uma regra geral da contabilidade.»

Presidente da Câmara Municipal – «Segundo os contabilistas é assim. Agora, não me pergunte a razão, porque eu também não sei.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito obrigada.

Bom, ainda bem que temos alguém que tem a oportunidade de nos responder, porque não sou contabilista, não tenho efetivamente conhecimento que me permita perceber na íntegra o documento, a minha especialização é língua portuguesa e eu insisto em ler os documentos para perceber aquilo que lá está dentro daquilo que me é permitido, no âmbito das minhas competências e capacidades.

Contudo, na leitura, diga-se que o que me surgiram foram questões e é isso que eu venho aqui a apresentar.

Primeiro, a situação que refiro e gostaria que fosse confirmada, ou infirmada, é que este balanço consolidado é do grupo do Município. Ou seja, há aqui uma aglomeração de valores do Município, do Teatro, da Ambifaro e da FAGAR. E torna-se muito difícil nós termos uma visão mais objetiva da prestação de contas da FAGAR.

Isto, porque esta prestação de contas da FAGAR é a única que ainda estava em falta, uma vez que nós já aprovámos, na Assembleia anterior, a Prestação de Contas do Teatro e da Ambifaro, salvo erro. Mas isto são tudo questões que foram colocadas por mim na leitura do documento.

Tenho outra questão. Na leitura do dito documento, reparei que o balanço consolidado, pelo menos daquilo que consegui *pesquisar*, da FAGAR seria de vinte e um milhões de euros. E que o resultado líquido apurado correspondia a trezentos e quarenta e seis mil euros.

A pergunta é: porque razão é que há esta discrepância tão grande? De alguma pesquisa que fiz, era referido que isto podia estar ligado com algum investimento. Não me parece que a FAGAR tenha investido nesta cidade, principalmente no que diz respeito às condutas.



Portanto, referir outra questão, e eu insisto neste ponto e já fiz referência noutros documentos, que diz respeito à rúbrica “outros”. A rúbrica “outros” efetivamente ela precisa de uma descrição detalhada para que nós possamos perceber a que é que se refere esta palavra. E não foi possível na minha leitura, e dentro das minhas capacidades de interpretação, perceber a que é que se referia esta palavra.

Outra coisa também que me saltou à vista, e que é outra questão, diz respeito à transferência de subsídios do Município para a FAGAR, de dez milhões de euros. A pergunta é: a que propósito é que aconteceu esta transferência? Seguramente haverá aqui uma resposta de quem sabe deste relatório.

Também referir que saltou também à vista que o rendimento com contraprestação da FAGAR aumentou em 2023 para três milhões, muito provavelmente relacionado com o aumento da tarifa da água. Ou seja, nós estamos aqui a contribuir para que a FAGAR tenha aqui uma disponibilidade financeira que, pelo que me é dado a perceber, não se reflete no investimento na cidade. Como já foi aqui dito, temos sistemáticas ruturas nas condutas e não temos aqui um fim à vista relativamente a isto, antes pelo contrário, as situações estão cada vez mais prementes em Faro, capital do Algarve.

Também saltou à vista outra questão, que tem relação direta com o processo judicial em curso que já vai em um milhão e quatrocentos mil, que diz respeito à estação elevatória três. Não sabemos o que se passa aqui e pedíamos que nos fosse explicado, uma vez que a nossa função, como deputados municipais, é efetivamente perceber de que modo é que se está a gerir o erário público.

Referir, por último, a questão do serviço externo. Temos aqui um gasto de nove milhões trezentos e vinte e cinco mil para serviço externo, solicitado pela FAGAR. A pergunta é: nós temos efetivamente bastantes recursos humanos na FAGAR, porque razão é que esta solicitação externa chegou a valores tão altos?



Portanto, são questões, são dúvidas importantes para que nós possamos acompanhar com conhecimento de causa aquilo que vai acontecendo com o nosso orçamento.

Não tenho a pretensão de dominar esta matéria, são simplesmente dúvidas e questões que seria muito importante que nós, bancada do PS, pudéssemos ter resposta para que a nossa votação fosse consciente e responsável. Muito obrigada.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente em exercício, o Sr. Presidente à Câmara, demais vereadores, caros deputados, demais público e quem nos acompanha lá em casa.

Esta área financeira não é a minha área, mas vou tentar dar uma nota relativamente àquilo que considerámos e que conseguimos tirar de conclusões em relação ao documento.

E portanto, vou passar a ler: *“O documento da Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Município de Faro apresenta uma evolução positiva da situação económica e patrimonial de todas as entidades consolidadas, a título exemplificativo, refira-se que todas as entidades geraram resultado líquido positivo, o qual na totalidade cresceu cerca de oitenta e quatro mil euros, ou seja, 1.1%, fixando-se em cerca de oito milhões. Também temos um crescimento da autonomia financeira, ou seja, cobertura do ativo pelo património líquido, o que traduz o peso que o financiamento próprio tem em relação aos bens, que passou de 76,4% em 2022 para 80,3% em 2024.*

A solvabilidade passou de 3,2% para 4,07%, o que significa que o financiamento próprio supera em mais de quatro vezes o financiamento alheio, ou seja, uma situação crescentemente saudável e sustentada.

A certificação legal de contas mantém exatamente a mesma ênfase e duas reservas que foram reportadas nas contas do município, o que significa que as demais entidades, FAGAR e Ambifaro, não apresentam qualquer dúvida ao Revisor Oficial de Contas. Recorde-se que as reservas que ainda estão registradas, uma delas não é da responsabilidade da Câmara Municipal, tem a ver com a transferência de ativos do Ministério da Educação para a



esfera do Município, portanto, não terá havido a passagem da informação necessária por parte do Ministério da Educação para que o Município pudesse registrar convenientemente os imóveis como sua propriedade.

A outra tem a ver com uma chamada de atenção relativamente à adequação do reporte das concessões de serviços por parte do município.

Por outro lado, a única ênfase é também algo que também não tem a ver diretamente com a esfera da responsabilidade do município, tem a ver com transferências de ativos da sociedade e extinção da Sociedade Polis. Por isso aqui se reitera a nossa apreciação de que há uma evolução que é francamente abonatória em favor da execução e do trabalho, não apenas do executivo municipal e do grupo, mas sobretudo também dos próprios funcionários do município de Faro, e logo isso é algo que nos deve orgulhar e deve ser registado.

Portanto, no global, saudar o município e o executivo municipal, saudar os funcionários que são responsáveis pelo bom rigor das contas, que são prestadas, e portanto, de forma global a nossa satisfação por parte da bancada do PSD”.

Muito obrigada.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente, reiterando os meus cumprimentos e agradecendo que me dê a palavra, só uma pequena dúvida, até porque há aqui uma menção no relatório de contas e eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se me consegue responder em que ano foram incorporados os ativos da Sociedade Polis e qual foi o seu valor? Muito obrigada.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado.

Sobre a rúbrica “outros”, não faço a mínima ideia o que é que lá está (respondendo à membro Beatriz Calafate), não sei, mas a Dra. Natércia estará disponível para, em qualquer momento, prestar todas essas declarações e explicar exatamente essa questão. Eu, como digo, acompanho o orçamento, não acompanho esta parte orçamental que tem aqui uma série de itens.



Sobre a transferência de dez milhões para a FAGAR, não sei onde é que viu isso, admito que esteja qualquer coisa, mas não houve transferência de dinheiro rigorosamente nenhum para a FAGAR.

Posso explicar, por exemplo, a questão do processo judicial que até tenho acompanhado, que tem a ver com a Estação de Tratamento no Chalé das Canas. Há uma Estação de Tratamento ali, que foi feita pelo município – estamos a falar em 91, salvo erro – houve um acordo com o proprietário, acho que era mil e quinhentos contos que tinha sido acordado adquirir o terreno. Nunca foi feita a escritura e, aqui há dois ou três anos, entre as Águas do Algarve, que são quem detém neste momento aquela infraestrutura, porque era considerada uma infraestrutura em alta, mas que foi passada para a FAGAR quando foi constituída e depois foi para as Águas do Algarve, as três entidades reuniram com o proprietário, fizeram-se várias avaliações, não chegámos a acordo, porque o valor da avaliação que nós tínhamos e aquilo que, depois de várias reuniões e documentação, o proprietário pedia cinco vezes mais, fez-se um processo de expropriação, o Tribunal decidiu e as Águas do Algarve pagaram.

Neste momento há ainda um processo a decorrer, que penso que até final do ano iremos resolvê-lo, que tem a ver, não com a propriedade do terreno onde está a Estação de Tratamento de Águas Residuais – ETAR, mas porque houve um processo em que se pagou o terreno e agora os advogados estão a trabalhar no sentido de ressarcir o proprietário, não pelo valor do terreno, mas pelo valor da utilização do terreno desde 1991 até a data em que ele foi adquirido. E portanto, o processo judicial, em termos muito latos, tem a ver com esta questão e não está ainda, penso que este ano ficará resolvido, mas não está ainda porque falta pagar a utilização do terreno durante aqueles anos todos em que na prática não era nosso. E neste momento, isto são os valores que estão provisionados, mas já não tem nada a ver com esse valor dos três milhões que referiu e que deve estar aí, são provisões que logo que esteja resolvido, serão eliminadas.

Sobre as questões concretas, não consigo responder, mas a Dr.^a Natércia, se o entender, podemos fazer uma reunião e explicará a questão.



Dos ativos da Pólis, eu acho que foi em 21 ou 22, talvez 22, eu não me lembro, não tenho agora presente quando é que foi, entretanto eles mandaram o encerramento das contas e o problema que se põe e que não vai ser resolvido nunca, é que os ativos vieram e a Pólis apenas nos comunicou o valor total dos ativos e nós não temos o valor parcial. Dou um exemplo: o passadiço da Praia de Faro, o Parque Ribeirinho, a requalificação da Estrada ao lado do passadiço, o Parque exterior de estacionamento da Praia e tudo isso são ativos que transitaram para nós, não sei se me estou a esquecer de algum, mas a Pólis no relatório que fez apenas nos manda o valor total e não o parcial. E nós quando pomos no nosso património cada um deles, devíamos ter o valor.

A Pólis já foi extinta e portanto os ROC's até estão a ver como é que contabilisticamente podemos resolver isto, é apenas um problema contabilístico, como percebem, mas criamos aqui uma lacuna nessa área. Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – « Sr. Presidente, então sob a forma de requerimento oral, gostaríamos de pedir que nos seja enviada uma informação escrita do Sr. Presidente, com a data concreta e os valores concretos de que estamos aqui a falar, de forma a chegar à bancada do Partido de Socialista e evidentemente às outras bancadas desta Assembleia Municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.»

Presidente da Câmara Municipal – «Enviaremos o relatório final da Pólis, onde toda essa informação está lá discriminada com a informação que eles nos deram, que é aquela que temos.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «É um pouco mais pragmático e não vou entrar nesta questão dos números. Esta Consolidação de Contas é um bocado complexa, como o Sr. Presidente diz.

Eu vou ser mais pragmático, mais objetivo e claro. Vou focar-me mais na questão política. Isto acaba por ser um documento político, tem uma componente política e tem um trabalho desenvolvido pela Câmara no ano



de 2023. Como já foi aqui dito quando foi a Prestação de Contas, o ano 2023 é um ano para esquecer!

Não ponho aqui em é causa a documentação do relatório de contas e as respetivas demonstrações financeiras e o parecer sobre as contas. Então, mas já agora e é uma questão que eu queria perguntar ao Sr. Presidente, o próprio relatório do Oficial de Contas diz: “encontra-se em fase de conclusão o processo de desenvolvimento do sistema de contabilidade e gestão na entidade do município, que apresenta ainda dados incompletos face à exigência do SNNC”. Eu sei que isto é muito complexo e tem sido ao longo dos anos, desde que foi instalado este novo sistema de contabilidade pública.

Agora, na questão política, eu gostava de chamar de atenção para dois pontos. Primeiro ponto: revejo-me na declaração do voto dos nossos vereadores. Os nossos vereadores apresentaram uma declaração de voto contra, devidamente sustentada, e com algumas dicas de falta de respeito pelo partido da oposição que levanta questões e que nunca é obtida resposta. É uma declaração de duas páginas, dos nossos vereadores, a qual eu subscrevo. Há quinze anos que os eleitos do PS, quer na Assembleia Municipal, quer no executivo, têm vindo de alertar e a identificar problemas que constroem a cidade de Faro.

Eu leio esta prestação de contas, e estão aqui elencados à volta de quinze ou dezasseis investimentos que foram feitos no espaço do concelho, mas tenho aqui o dobro de iniciativas que foram feitas na área da atividade cultural, desportiva, de animação e de festas.

Em relação à taxa de execução, que foi baixíssima a relação aos outros anos, nos últimos anos em que o Sr. Presidente é Presidente Câmara, é dos anos em que teve uma taxa de execução muito baixa.

O Partido Socialista, quando foi da prestação de contas, votou contra, e como tal, é um partido responsável e coerente com aquilo que disse aqui, quando foi a questão da prestação de contas. Portanto, vamos manter o nosso voto porque somos de facto coerentes com aquilo que foi feito na prestação de contas. Tenho dito.»



O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Apenas para, enfim... reiterando todas as palavras que já aqui foram ditas pelo membro Carlos Alberto, eu gostava só de dizer que é verdadeiramente triste – já trouxemos este assunto várias vezes à Assembleia Municipal e não nos cansaremos de o trazer enquanto a situação não estiver resolvida – é verdadeiramente triste que os vereadores da oposição não consigam ter acesso aos documentos, desde novembro de 2022, quando esta Câmara foi alvo de um ataque informático enorme, do qual nada sabemos, não sabemos que documentos foram perdidos, se foram, se não foram, qual foi a dimensão desta fuga de dados. E volto a reiterar que é verdadeiramente incrível, mais a mais porque existe um Estatuto de Direito da Oposição que não é cumprido por esta Câmara, reiteradamente, e como tal, como é evidente, a bancada do Partido Socialista associa-se a todos os fundamentos e todos os argumentos que já foram apresentados na declaração de voto da vereação do Partido Socialista e a bancada votará contra.

Disse, Sr. Presidente.»

Não havendo mais intervenções passou-se à votação do referido ponto.

VOTAÇÃO

Votos contra – 09 (PS)

Abstenções – 04 (01PS;02CDU;01BE)

Votos a favor – 16 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH)

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte **deliberação**:*

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 197/2024/CM**, respeitante aos documentos de Consolidação de Contas de 2023 que são constituídos pela Prestação de Contas Consolidada e Relatório de Contas Consolidado, conforme apresentado no ofício n.º 4692, de 17/06/2024, da Câmara Municipal de Faro,



Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra							09			----	09
Abstenções							01	02	01	----	04
Favor	10	02	01	01	01	01				----	16

A Assembleia Municipal deliberou por MAIORIA, aprovar o solicitado na Proposta n.º 197/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 05

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 174/2024/CM – Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 195,00m², sita na Urbanização Quinta das Laranjeiras, União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro).

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este é um terreno que é do município, que está no domínio privativo e que, tendo em conta a situação da localização, da pressão urbanística que ali existe, entende-se que deve passar para o domínio público e depois fazer um arranjo neste imóvel de forma a criar melhores condições de estacionamento e de jardim naquela zona. E nesse sentido, pedimos à assembleia que delibere no sentido de o afetar ao domínio público municipal. Muito obrigado.»

Não havendo intervenções para a discussão deste ponto, passou-se à votação do mesmo.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*



“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 174/2024/CM** respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 195,00m², sita na Urbanização Quinta das Laranjeiras, União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro), conforme apresentado no ofício n.º 3807, de 22/05/2024, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra										----	00
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	----	29

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 174/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 06

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 187/2024/CM – Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 75,65m² no âmbito do Processo de obras n.º 185/2023, em nome de Gonçalo Dias Mascarenhas.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na sequência de uma apreciação de um projeto de arquitetura, há a cedência de 75,65m² do domínio público para alargamento da via. Muito obrigado.»

Não havendo intervenções, passou-se à votação.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29



Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:

“**DELIBERAÇÃO**

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 187/2024/CM** respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 75,65m², no âmbito do processo de obras n.º 185/2023, em nome de Gonçalo Dias Mascarenhas, conforme apresentado no ofício n.º 4309, de 05/06/2024, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra										----	00
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	----	29

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 187/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 07

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 204/2024/CM – Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de 594,47m² e integração no domínio privado do Município, no âmbito do Processo de obras n.º 92/2020, em nome de Município de Faro.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado.

Este é um lote na Lejana. Quando a urbanização foi entregue ao município, foi registado como domínio público municipal. É um lote que tem capacidade construtiva, nós estamos neste momento a terminar um projeto para um Arquivo Municipal, temos a arquitetura já feita e acho que está contratado um gabinete para fazer as especialidades. E, portanto,



o que se pretende é passar este lote para o domínio privativo e depois podermos executar esse mesmo Arquivo Municipal, que é um equipamento que o município muito necessita. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

A bancada do Partido Socialista votará evidentemente a favor, especialmente considerando que o objeto é um Arquivo Municipal.

Contudo, também temos a noção que neste tipo de procedimentos, e isto é um procedimento legal necessário para que seja construído o Arquivo Municipal, pode acontecer entretanto mudar a opção política e a construção não ser aquela que é neste momento a anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara.

Desta forma, diremos que vamos votar favoravelmente; contudo, em primeiro lugar estaremos atentos ao desenvolvimento deste processo e apresentaremos declaração de voto nesta matéria. Muito obrigada.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite.

Referir aqui, em complemento da intervenção da minha colega de bancada, o seguinte: que a declaração de voto é feita para que nós possamos vincular a nossa votação a favor àquilo que está apresentado na proposta.

Porque tememos e temos alguma preocupação, que o fim dado a este lote de terreno, passando para o domínio privado do município, esta situação permite uma maior abrangência, ou quiçá polivalência do uso do espaço. Portanto, a declaração de voto prende-se precisamente com isso. Queremos monitorizar, porque é nossa função, o fim para o qual está aqui apresentado, assegurando que ele é cumprido. Muito obrigado.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29



Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 204/2024/CM** respeitante à desafetação ao domínio público municipal (e integração no domínio privado do Município) de uma parcela de terreno, com a área de 594,47m², no âmbito do processo de obras n.º 92/2020, em nome de Município de Faro, conforme apresentado no ofício n.º 4691, de 17/06/2024, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra										----	00
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	----	29

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 204/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 08

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 203/2024/CM – Alteração e ampliação de um armazém destinado a equipamento/clínica para crianças com incapacidade motora ou cognitiva – Pedido de declaração comprovativa que o projeto é considerado de interesse municipal, com enquadramento do artigo 25.º do Regime da RAN.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente, penso que já referiu tudo. Este projeto para poder ser aprovado, tendo em conta com o regime do RJUE e o regime da RAN, necessita que a Assembleia Municipal o declare com interesse municipal; tendo em conta as características daquilo, entendemos que será de justificar esse interesse. Muito obrigado.»



O membro da AM, João Brandão (BE) – «Embora neste caso concreto, o proprietário do terreno, e aparentemente é para um fim de saúde, de tratamento de crianças, eu peço desculpa a todos, mas há uma coisa que eu não concordo mesmo, que é a mudança de regimes, de Reserva Agrícola, Reserva Ecológica... por necessidades posteriores, cria estes processos de interesse municipal, processos de interesse nacional, esse tipo de coisas, é um tipo de regimes que me causa muita aversão.

Temos o caso de Sines, onde aparece um fulano com quatro milhões de euros ou quatro mil milhões de euros e quer fazer uma coisa, e o terreno que era *reserva-não-sei-quanto* passa a utilidade nacional e ele passa a poder fazer, as pessoas mexem-se e todos falamos.

Se o terreno é reserva, é reserva!

Não gosto mesmo que andemos a alterar, este terreno de Reserva Agrícola, agora vamos usá-lo para outra coisa. Não gosto, não é bonito. Assim como não é bonito o Parque Nacional da Ria Formosa ter construído e fazer sede no espaço da Ria Formosa onde mais ninguém pode fazer nada.

Assim como não foi bonito a Direção Regional da Agricultura construir a sua sede da Direção Geral em terreno de Reserva Agrícola, onde mais ninguém poderia construir.

Não, a gente tem que ter respeito pelas Reservas que fazemos. Ou não as fazemos!

É preferível tirar o terreno da Reserva, do que andarmos a dizer, esta coisa é boa, é importante, é simpático e vamos dar-lhe dinheiro e vamos dar autorização, é um projeto de nosso interesse e fazemos! Porque se não fosse um projeto de nosso interesse, fosse para construir uma casa de um filho de uma pessoa que lá tem um terreno que mora ali e queria fazer uma casa de um filho, não pode. Se quiser fazer alguma coisa, é Reserva Agrícola, não pode! E a gente anda a viver à custa de favores, de amizades e de interesses, e não serve! Não é boa política, é um dos casos provocadores de corrupção e de interesse. Querem que deixe-se de ser, alterem a Reserva.

Eu vou votar contra.»



O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Eu gostava de referir o seguinte. O artigo 25 do Regime da RAN não faz uma exclusão da RAN. Portanto, a RAN é sempre RAN e não se pode chegar lá como a borracha e apagar aquela área, que por acaso dava muito jeito. De facto, quando são constituídos os Regime da RAN elas ficam, e só através de processos de exclusão da RAN, bastante complexos, em geral, em termos de revisão do PDM, ou através de Planos de Pormenor, é que efetivamente se pode fazer alterações à RAN. Por isso, o reconhecimento de ações de relevante interesse público consta do Regime da RAN, o artigo 25º, diz claramente que “poderão ser realizadas ações de relevante interesse público, desde que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas em razão da matéria, desde que não se possam realizado de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.

Isto significa que este documento que nós estamos agora aqui a apreciar é a Declaração de Interesse Público Municipal, que é apenas um primeiro passo para poder vir eventualmente, ou não, a ser reconhecido como ação de relevante interesse público, que só vai ser reconhecido através de despacho de membros do Governo, que são dois, um da área do Desenvolvimento Rural e outro da área da razão da matéria, que neste caso será a Segurança Social, penso eu.

Portanto, nós vamos votar a favor, porque obviamente estamos interessados que os equipamentos sejam construídos. No entanto, gostava aqui de chamar a atenção de duas coisas: uma, vai haver muitos pedidos destes, este vai ser dos primeiros, mas vai haver muito mais, porque a RAN, no novo PDM que vai ser revisto, abrangeu muito mais áreas do que aquelas que supostamente são as áreas que na minha opinião seriam devidas, que são as áreas classificadas em solos que têm *a*, *b*, *c*, *d* e *e*, portanto, têm algumas categorias de solo. Significa que só aquele tipo de solos, que são definidos como qualidade de solo, é que deveria ser classificado como regime da RAN. O que se passa é que efetivamente sabemos que a DRAP, para aprovar o PDM, exigiu que se estendesse a RAN por áreas que não eram bem assim, por mancha de continuidade (que é assim que eles chamam), isso significa que muitos solos nem



sequer têm qualidade de solo para serem RAN, mas estão classificados como RAN. E essa verdade é que devia ser de facto dita.

Eu acho que a RAN tem que ser defendida, como é óbvio, os solos que estão classificados com qualidade devem ser defendidos, obviamente, acho eu, mas eu perdi a noção do que é que está, de facto, para ser defendido e o que é que não está, porque praticamente é tanta a área que merece ser defendida, como a que não merece tudo no mesmo bolo, dentro de uma RAN que apanha quase o concelho na totalidade.

Portanto, deixámos de ter noção do que é que efetivamente poderia ser a RAN ou não poderia, porque ela abrange generalizadamente quase tudo. Portanto, isto é uma situação que vai, daqui para a frente, ser o objeto de constantes pedidos obviamente. Tenho dito. Obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe) – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta questão da Reserva Agrícola Nacional, de facto é uma questão que já há bastantes anos tem sido suscitada aqui na Assembleia Municipal.

É um perfeito absurdo, pelo menos na Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, que é o que eu conheço, há Reserva Agrícola em terrenos pedregosos. Poderá fazer-se hidroponia ou aeroponia, ou alguma técnica inovadora. Mas fazer agricultura em alguns daqueles terrenos, só fazendo uma tremenda escavação e colocar lá a terra naqueles locais.

Eu preocupa-me bastante esta questão da Reserva Agrícola, porque obviamente que não concordo que os terrenos mais férteis sejam sacrificados em nome do urbanismo, em nome da construção, mas é precisamente isso que nós temos aqui na cidade de Faro. A cidade vai-se expandir exatamente para os terrenos mais férteis que nós temos. Para as Campinas, agora está ali ao pé daquela zona do cemitério, mais uma mega urbanização. Os terrenos onde eram as hortas tradicionais de Faro, é que estão a ser efetivamente construídos e depois empurra-se a Reserva Agrícola para cima de montes de pedras.

Nós vamo-nos abster, mas esta questão da Reserva Agrícola não tem sido devidamente equacionada pelas entidades oficiais. Muito obrigado.»



O membro da AM, António Miranda (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Sobre estas matérias da RAN, eu aproveito a intervenção da Teresa Correia, ela tocou num assunto que para nós acho que é fundamental nesta matéria. É definir que critérios é que esta Assembleia terá para futuras apreciações do interesse municipal.

E portanto, o que é importante para nós também aqui, até para prever as imensidões de processos que vêm aqui, nós claramente todos concordarmos com os critérios com que vamos aprovar estas situações. E, portanto, acho que isso é fundamental, atendendo a todas as intervenções, que nós tenhamos um critério que seja aceite por todos, para que estas situações não venham avulso e em função da situação que se colocar em cada momento. Era isto. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Eu concordo genericamente com tudo aquilo que foi dito sobre a Reserva.

Nesta situação concreta, existe um armazém que lá está e, portanto, o que se vai fazer é dar um outro uso e uma ampliação a esse armazém. Portanto, não há aqui um retirar propriamente da Reserva Agrícola. Isso, aliás, nem é competência nossa, há uma Comissão Nacional que define essa questão da Reserva Agrícola.

E, portanto, só queria dar este esclarecimento, que neste caso concreto, há um armazém que existe, há um pedido de ampliação desse armazém, que as regras definem perfeitamente como é que isso se pode fazer. E, portanto, como o membro João Brandão referiu, não há propriamente um retirar da Reserva Agrícola. É evidente que estamos a dar um outro estilo, aí concordo. Só para dar esta informação. Obrigado.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação

VOTAÇÃO

Votos contra – 01 (BE)

Abstenções – 00

Votos a favor – 28 (10PSD;02CDS;01CH;01IL;01MPT;01PPM;10PS;02CDU)



Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 203/2024/CM** respeitante à alteração e ampliação de um armazém com a área de 374,92m², destinado a equipamento/clínica para crianças com qualquer tipo de grau de incapacidade motora e cognitivo – Pedido de declaração comprovativa que o projeto é considerado de interesse municipal, com enquadramento do art.º 25.º do Regime da RAN, no âmbito do Processo de obras n.º 196/2023, em nome de António Manuel de Jesus Correia, conforme apresentado no ofício n.º 4688, de 17/06/2024, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra									01	----	01
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02		----	28

A Assembleia Municipal deliberou por MAIORIA, aprovar o solicitado na Proposta n.º 203/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 09

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 182/2024/CM – Procedimento concursal concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro e a Ilha Deserta, na Ria Formosa, Algarve.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado.

Como acabou de referir, este é um procedimento que queremos abrir para fazer o transporte de barco para a Ilha Deserta. Teve os pareceres do AMT, portanto, estará em condições de ser lançado. Muito obrigado.»



O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite mais uma vez.

É de saudar que finalmente vá aparecer um serviço público de transporte marítimo para a Ilha Deserta, pondo fim ao monopólio que existia para aquela Ilha, que as pessoas só tinham duas soluções, ou iam no transporte daquela empresa ou iriam com um barco próprio.

Portanto, havendo agora um transporte público, terá de certeza outra dimensão e abrirá a Ilha Deserta a mais população.

Venho também perguntar se tem ideia, a ser aprovado, quais serão os horários que irá ser feito esse transporte?

Obrigado, Sr. Presidente.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Eu, neste procedimento, tinha aqui uma questão e uma mensagem.

A questão: eu gostava de perceber se o Cais... eu já não vou há algum tempo à Ilha Deserta, tive lá um episódio com o meu filho, que foi bastante dramático, porque ele caiu da ponte do Cais para baixo, no meio dos barcos. Tive ali uma situação um bocadinho para o stressante. E eu só queria perceber se, a nível do Cais, já foi reparado, ou se existe o mínimo de segurança. Eu tenho que dizer isto porque, de facto, tive um episódio muito infeliz, de tal maneira que nunca mais lá fui.

Em relação à situação do procedimento, eu tenho que dar aqui alguma satisfação, porque o procedimento tem alguns apontamentos do resultado do Relatório da comissão que nós andámos a trabalhar. Curiosamente, eu reconheço, não está aqui plasmado tudo, não é a mesma coisa, mas vê-se que houve cuidado, pelo menos aparentemente parece que já existe aqui algum cuidado, nomeadamente nas questões da memória descritiva, que é pedido para serem mencionadas as questões ligadas à mobilidade; as questões ligadas à preferência de veículos elétricos. Também é feita uma referência a diversos tipos de bilhética, embora não seja pontuado, talvez, da melhor maneira. Eu acho que poderia haver um bocadinho mais de melhoria na bilhética, mas já é mencionado. E também é feita uma menção, pela primeira vez que eu vejo aqui, de um relatório ambiental, que também é exigido.



Portanto, fico com satisfação, porque pelo menos o documento já se vê com alguma robustez naquilo que nós devemos solicitar aos concorrentes. Ou seja, os concorrentes devem responder com informação suficiente para se fazer uma boa apreciação.

Isso acho que está bem e já se nota aqui alguma melhoria. E portanto vamos votar a favor. Obrigado.»

Não havendo mais intervenções para a discussão do referido ponto, passou-se à votação do mesmo.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 182/2024/CM – Procedimento concursal concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro e a Ilha Deserta, na Ria Formosa, Algarve, designadamente, autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais, conforme apresentado no ofício n.º 4328, de 05/06/2024, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra										----	00
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	----	29

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 182/2024/CM.”



Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 10

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 213/2024/CM – Aditamento aos Autos de Transferência de Recursos para as Freguesias do Concelho.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado.

Estes Autos de Transferência foram feitos no início do mandato. Depois já houve várias adendas modificativas, em algumas situações. Neste caso, tendo em conta a situação deste ano, procedeu-se a uma nova adenda para cada uma das freguesias.

Tendo em conta que os recursos humanos que são do município, que foram transferidos para as freguesias e cujos vencimentos devem ser transferidos para as freguesias também, teve um aumento significativo este ano e portanto, o que temos aqui é de alguma forma, repor essa situação, de forma que as freguesias não tenham um gasto com esses mesmos recursos humanos que foram transferidos para as freguesias.

Também, no caso dos jardins, foi feita uma atualização de áreas, tem a ver com os loteamentos que nós recebemos e, portanto, passamos para as freguesias.

E praticamente tirando da questão dos recursos humanos, que foi feita a atualização dos vencimentos correspondentes, no resto procedeu-se a um aumento de 5% em todas as áreas dos jardins e em todas as áreas. Obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

É de facto um ponto muito importante, este é o ponto seguinte da descentralização para as freguesias e é um ponto muito importante esta atualização, feita em boa hora, uma vez que quer a nível de inflação, quer a nível de subida do salário mínimo, as Juntas de Freguesia é que tiveram de suportar esses aumentos. Portanto, em boa hora o município atualiza estas verbas.



E em boa hora, também, se avança, nomeadamente no ponto a seguir, na descentralização de mais algumas competências para as freguesias. Como eu tenho dito, e comprovadamente os nossos munícipes podem verificar, todas as competências que foram transferidas para todas as freguesias estão melhores do que estavam antes. Algumas coisas podem ainda melhorar, algumas coisas precisam de ser certamente melhoradas, mas os munícipes e quem lida com as Juntas de Freguesia e quem sabe o que as Juntas de Freguesia passaram a executar, a opinião é unânime. Tudo o que foi passado para as Juntas de Freguesia está melhor do que estava antes.

E é um caminho que se tem vindo a aprofundar e é um caminho que deve ficar em aberto para o futuro, a transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito obrigada.

Isto é só na sequência daquilo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Barbara referiu, é também reforçar que a bancada do PS considera que esta descentralização de competências é uma opção muito eficaz.

As Juntas de Freguesia do Concelho de Faro funcionam muito bem, têm uma proximidade com a população invejável e toda esta ligação, toda esta capacidade de resposta quase imediata, digo eu, relativa à Freguesia do Montenegro, porque resido lá.

Portanto, eu acho que a descentralização de competências tem a sua concretização extremamente positiva quando as Juntas de Freguesia assumem mais competências, tanto que as provas estão aí, verifica-se perfeitamente que há aqui uma melhoria na resposta à população e recomenda-se que se dê continuidade e se reforce esta descentralização, porque melhora claramente a prestação do serviço público. Muito obrigada.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro) – «Obrigado, Sr. Presidente.



Só para dizer que a bancada do PSD revê-se nas palavras do presidente Sérgio e também do que a bancada do Partido Socialista referiu agora mesmo.

De dizer que as Juntas de Freguesia são parceiros estratégicos do município e lançamos o repto ao Sr. Presidente de Câmara que continue a apostar nas freguesias, em boa hora o fez, porque de forma geral os serviços que foram deslocalizados para as freguesias têm vindo a mostrar-se, de uma forma global, mais eficientes, mais eficazes e de melhor qualidade.

Por isso, Sr. Presidente, lançamos exatamente esse desafio de, assim que possível, atribuir, ou de delegar mais competências nas Juntas de Freguesia, porque já vimos que estamos no caminho certo. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pois o PPM, em relação a estas transferências de competências de recursos, tem quase um paralelo do recente fenómeno de descentralização entre o Governo Central e as regiões, e que devia ser mais implementado, sobretudo para o Algarve, que é uma região metropolitana, penso eu. E, no nível do planeamento do território, é importante (e vamos discutir o PDM, nas próximas reuniões) é a um nível local ainda, porque não há planos regionais. E eu apelo para que se tente implementar os planos regionais, que são formas de transferência também de competências, em termos de planeamento e execução de obras importantes, e o Plano Regional poderá implementar também para as freguesias os seus Planos de Pormenor. Aí sim, estamos a nível local até à freguesia. Portanto, as freguesias devem implementar os seus Planos de Pormenor e ter competências para ir e até escolher os seus técnicos, pois estão mais adequados e mais conhecedores do sítio e podem ter uma atuação articulada com a Câmara, ao nível concelhio, e depois a nível regional e depois a nível nacional. E a isto é que se chama regionalizar, é articular, é descentralizar, é transferir, a pouco e pouco, competências que somos nós que as temos, porque somos nós os conhecedores do sítio.



Muito obrigado.»

Não havendo mais intervenções para a discussão do referido ponto, passou-se à votação do mesmo.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 213/2024/CM** respeitante aos Aditamentos aos Autos de Transferência de Recursos para as Freguesias do Concelho, conforme apresentado no ofício n.º 4695, de 17/06/2024, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra										----	00
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	----	29

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 213/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 11

Apreciação e deliberação sobre a Proposta n.º 214/2024/CM – Aditamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Faro e as Freguesias de Santa Bárbara de Nexe, Montenegro e União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – mandato 2021-2025.



Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enquanto nas outras houve um acréscimo, aqui o que se fez foram três alterações pontuais relativamente a cada uma destas Juntas, são contratos interadministrativos que se fizeram. No caso da Junta de Santa Bárbara, tem a ver com o Polidesportivo; no caso de Montenegro, com os WC's e no caso da Junta da Sé/S. Pedro, com o Cemitério.

No caso da Conceição/Estoi, não havia aqui nenhuma alteração. Tal como aqui, também, no global também não há alterações, são aqui situações pontuais para resolver algumas questões que se vinham a colocar.

Portanto, sobre esta proposta é apenas isso que tenho a dizer, mas queria deixar aqui uma palavra, no sentido em que também já foi aqui referido, de agradecer aos Presidentes de Junta, às Juntas e às Assembleias de Freguesia, por este trabalho que tem sido feito, com muito profissionalismo e muita proximidade às populações, que é isso que se pretende.

Fizemos um caminho ao longo destes dois mandatos, hoje temos uma experiência muito positiva, do meu ponto de vista, espero que no próximo mandato, quem cá estiver possa aprofundar este relacionamento e esta transferência de competências, melhorando as áreas que existem, explorando inclusivamente algumas. Eu recorro que no caso da transferência de competências que está instituída, e estou a falar dos autos, há um conjunto de transferências que não foram feitas e se calhar no próximo mandato podem ser revisitadas e se calhar algumas freguesias podem pegar nessas, aqui salvo erro só escolhemos quatro, se não estou em erro de memória, mas haverá outras e estas podem ser aprofundadas, tal como na questão dos contratos interadministrativos haverá certamente outras matérias que podem ser aprofundadas, com melhoria para o serviço prestado da população. Muito obrigado.»

Não havendo intervenções, passou-se à votação.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 29



Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 214/2024/CM** respeitante ao aditamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Faro e as Freguesias de Santa Bárbara de Nexe, Montenegro e União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – mandato 2021-2025, conforme apresentado no ofício n.º 4696, de 17/06/2024, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	IND	Total
Contra										----	00
Abstenções										----	00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	----	29

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 214/2024/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 12

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao contencioso, há aqui um aumento de processos em curso. Isto tem a ver com o facto de termos colocado a funcionar as nossas Execuções Fiscais, coisa que só esporadicamente é que iam funcionando, neste momento estamos a implementar isso e, portanto, há aqui um conjunto de processos a mais do que em abril passado.



Sobre a situação financeira, em termos da receita corrente, dos oitenta e quatro milhões que estão previstos em orçamento, até 21 de junho deste ano já foram cobrados quase cinquenta e um.

O endividamento de médio e longo prazo aumentou ligeiramente, tem a ver com a execução das obras e com os empréstimos que tínhamos comprometido.

Da receita de capital, os dezasseis milhões, apenas dois milhões estão cobrados.

Em termos da despesa, dos 37,7 milhões há 25,6 milhões que já estão comprometidos; faturados seis, pago cinco, e está em corrente 1,1 milhão.

No caso da despesa corrente, dos sessenta e dois há quarenta e cinco comprometidos, vinte e um faturados, dezanove pagos e 1,3 que está para ser pago.

Em termos de atos de representação:

Tivemos este ano a Benção das Pastas no Estádio Algarve, pela primeira vez. O evento correu muito bem e espero que continue ser realizado naquele espaço.

A Unidade Especial de Polícia, que está sedeadada no aeroporto, fez quinze anos, uma unidade com muito profissionalismo.

Tivemos a Festa da Pinha, novamente dia 2 de maio; o Moto Malta celebrou o seu 31º aniversário; os Bonjoanenses, o 89º aniversário, é das coletividades mais antigas do Concelho; tivemos o Torneio de Petanca; a visita do Embaixador da Dinamarca; a inauguração da primavera Literária, que correu muito bem, na Alameda João de Deus, que incorporou inclusivamente a 46ª feira do livro; no Hotel Eva houve uma conferência sobre sustentabilidade hídrica, organizada pela Alma Algarvia; também uma conferência na Universidade sobre o caminho do turismo sustentável.

No Funchal, uma conferência organizada pela Câmara Municipal do Funchal, onde tive o gosto de estar presente (este é um painel onde esteve a vereadora do Funchal e o Presidente da Câmara de Ponta Delgada).



As comemorações do Dia da Criança; Aqui, para os Sportinguistas, estivemos a comemorar o 30º aniversário do Núcleo do Sporting; a Festa da Sardinha em Estoi, com uma grande aglomeração de pessoas, e a Marcha da Bordeira; a 9ª Gala da Academia Sénior da Cruz Vermelha Portuguesa; o Arraial de Santo António; fizemos a segunda visita às obras da Ponte da Praia, com a Ordem dos Engenheiros, foi um pedido que o Presidente regional nos fez e estivemos lá há duas semanas, onde, inclusivamente, o arquiteto da ponte explicou os métodos construtivos da própria Ponte.

A bandeira azul nas praias do município.

Tivemos aqui, a semana passada, um seminário sobre “A Violência Não Se Aceita Ponto”, organizada por nós, onde esteve a Secretária de Estado de Solidariedade Social; fizemos a apresentação final do PDM, na Biblioteca; o Arraial da APPC, novamente; o São João; e, para não ser só os Sportinguistas, estivemos também no 30º Aniversário da Casa do Benfica de Faro.

O Solstício, que mais uma vez teve grande impacto.

Esta semana, tivemos cá, na terça-feira, organizado pela Inspeção Geral da Administração Interna, uma ação de formação para os Comandantes do Posto da PSP e da GNR, esteve cá da Sra. Ministra da Administração Interna.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Aproveitar para dizer o seguinte: com aquilo que vimos aqui, a apresentação do Sr. Presidente da Câmara de Faro, reforço ou recupero aquilo que referi no período antes da Ordem do Dia, no que diz respeito às associações, tanto desportivas como culturais. Portanto, são elas que dão corpo às ocorrências desportivas e culturais na cidade e parece-me muito bem que o Sr. Presidente refira isso, porque são elas, as associações, que são autoras, são dinamizadoras e implementadoras também destas dinâmicas da cidade. Os parabéns, na minha e na nossa opinião, devem ser direcionados para as associações em causa e outras que também contribuem.



Depois, fazer uma pergunta um pouquinho mais formal. Qual é a situação financeira da Ponte da Praia de Faro? Sabemos que temos tido algumas situações menos boas, o que é que se passa? Há continuidade? Há uma previsão de conclusão? Era importante termos aqui alguma informação relativa a uma obra com a envergadura que a Ponte da Praia de Faro tem. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Só para responder à membro Beatriz Calafate. Eu não tenho aqui os números, acho que os tenho no gabinete, darei no final se os tiver lá. O cronograma da Ponte está a decorrer normalmente. Foi feito o tabuleiro, neste momento está a ser feito todo o outro trabalho, que ainda falta muito, sobre a Ponte e sobre a intervenção na Praia, na zona do Largo, que será toda requalificada, mas está a correr de normalmente, poderei dar depois os valores financeiros que existem neste momento, mas não os tenho em cabeça.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Sr. Presidente, desculpe, tem uma previsão para a finalização da obra?»

Presidente da Câmara Municipal – «Por aquilo que me dizem, provavelmente no final do ano, portanto em novembro, dezembro, espero ter o grato gosto de inaugurar a Ponte.»

Seguidamente passou-se ao:

Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

Usaram da palavra:

Sr. Município Carlos Costa – «Boa noite a todas e a todos.

Eu venho aqui usar da palavra, sobre um estudo feito pela OCDE, para os países que fazem parte da União Europeia acerca da perda de água. O Algarve é a região de Portugal que mais perde água pelas suas roturas das condutas e a Câmara Municipal é a que mais contribui para essa estatística.

Já falei há uns tempos atrás, nesta Assembleia, que duas cidades portuguesas fizeram a reconstrução das condutas velhas por novas. Levaram dois anos e depois na altura final, apontaram para as casas das



peço as novas condutas, ligaram os quadros, portanto, para a contagem dos gastos de água. Isso é o que recomendo à Câmara Municipal de Faro, que representa 51% do Estado, através da Fagar que tem 49% da entidade privada. Se os lucros são para os dois, 51% e 49%, os investimentos, são de 51% e 49%, têm de investir em paralelo. Se isso não está na escritura feita, naquilo que foi acordado ou fizeram nas PPR's para essas empresas, algo está mal e tem que ser feita a averiguação de investigação criminal.

A segunda questão é sobre o atestado das Juntas Médicas. O atestado Médico da Incapacidade Multiuso certifica as condições de pessoas deficientes, nos termos da legislação em vigor, Decreto-Lei nº 307/2023. Esse atestado, anexado a um requerimento, é entregue aos serviços do IMT e empresas públicas e assinado pelo requerente ou por um seu representante.

Esta legislação diz que todas as empresas públicas nos concelhos, sejam Câmaras, Juntas de Freguesia, Hospitais ou Escolas têm que ter um parque de estacionamento para deficientes. Se não constroem nas proximidades dessas instituições, algo está mal em todo o país, por isso solicito que a Câmara Municipal faça cumprir esta lei.

Outra questão, tenho aqui um requerimento de um cidadão, Frederico Gomes, que enviou para o Presidente da Assembleia da República, para o Presidente do nosso país, Marcelo Rebelo de Sousa, e para todos os membros do Parlamento que representam o povo português. E cabe-me a mim, através do Bloco Esquerda, falar sobre este assunto.

É uma coisa muito simples, é uma recomendação para saber se todos os partidos já receberam esse e-mail enviado pelo Sr. Frederico, pelo menos eu já recebi, o teor do mesmo é sobre a situação das piscinas de Faro.

Outro assunto: grande parte dos parques infantis de Faro estão deteriorados e não há fiscalização. Faço um apelo para que haja essa fiscalização.



Assim como a jardinagem, tem que haver um responsável que, periodicamente, faça um *report* para a Câmara Municipal de Faro, daquilo que está por fazer ou que foi destruído.»

Sr. Município Hélder Azevedo – «Boa noite a todos os presentes.

Desta vez, não é a parte técnica que está em causa, nem a segurança, mas sim uma situação caricata, inadmissível.

A minha idade, 79 anos, e com problemas de saúde, por vezes tenho a necessidade de pegar no meu carro, que é uma viatura de mercadorias, e ir buscar a alimentação para os meus animais. Acontece, porém, quando fui ao estabelecimento na Rua do Pé da Cruz, estacionei o carro em cima do passeio, sem dúvida que cometi uma infração, mas deixei o carro com os quatro piscas ligados, as janelas abertas, o motor a trabalhar, para poder carregar a mercadoria.

Eu tenho problemas de saúde, já fui operado duas vezes, eu tive o cuidado de mandar um e-mail ao Sr. Presidente e ao Sr. Presidente da Fagar. O Sr. Presidente teve a amabilidade de me responder, infelizmente o Sr. Presidente da Fagar revela uma falta de ética profissional, de cidadania e de liderança de um serviço público.

E eu vou ler o que diz aqui a determinada altura: “*sugerimos que dirija um requerimento à Câmara Municipal, solicitando um lugar de cargas e descargas na proximidade da loja.*” Desde quando eu, como cliente, tenho que pedir um lugar para estacionar? Isto é simplesmente uma vergonha para não dizer outra coisa. Ora, uma pessoa que está neste cargo não tem capacidade para poder resolver estas situações?

Depois, mais adiante, eu lendo o site da Ambifaro, cheguei à conclusão que eu podia fazer a apresentação no prazo de quinze dias, a contar da notificação presencial, friso bem, presencial, à data do correio de notificação postal. Eu fiz aqui a minha apreciação e a apresentação de defesa. Entretanto, é a mesma pessoa que assinou, talvez de cruz possivelmente, não andou na mesma escola que eu de certeza, porque eu tive como professor o Zeca Afonso, e friso bem.



Então, diz o senhor: “no seguimento da exposição efetuada, que mereceu atenção...” – não sei qual foi a atenção, o senhor não atende a minha solicitação. Aliás, há uma coisa que eu quero frisar, que esta minha apresentação de defesa entregue nos serviços da Ambifaro, onde tem aqui o número de registo, e tudo isto está em conformidade. Falei com a senhora advogada dos serviços jurídicos, a Sra. Dr.^a Marta de Sousa, e diz-me: *realmente, você tem razão, porque no auto de notificação, diz notifica...* ora se diz notifica, isto é uma notificação para mim, em português, se assim o entendo.

Como tal, Sr. Presidente, peço na sua pessoa que interfira, porque o senhor é responsável por estas empresas municipais, o senhor já afirmou aqui nesta sala que assume a total responsabilidade destas empresas. Portanto, como tal, faço votos para que o senhor interceda sobre este assunto que eu expus.

Para terminar, tenho a agradecer profundamente a sua coragem de ter resolvido a alteração da demolição daquele edifício na Rua José de Matos, um edifício centenário que punha em perigo a vida das pessoas. É no seu mandato, que fique registado esta alteração, bem-haja a sua atitude. Muito obrigado, boa noite.»

Sr. Município António Mateus - «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Em seu nome, cumprimento todos os presentes e os munícipes também.

Em primeiro lugar, vou citar a segurança para os peões na via pública. Tenho várias vertentes: pintura nas passadeiras, não existe; calçada portuguesa, continua como se pode constatar para quem caminha a pé e a utiliza. Não será o caso de V. Ex.^a, Sr. Presidente da Câmara, Rogério Bacalhau Coelho, poder observar?

A criminalidade é visível, a céu aberto. A segurança não funciona, falta de forças de segurança no terreno, a fim de manter a ordem pública.

A imigração, de uma forma descontrolada pelo anterior Governo, uma realidade constatada.



O combate à fome, à pobreza declarada na nossa região, Algarve; a exclusão social... A falta de preocupação dos autarcas nesta matéria. Os seres humanos não se alimentam de promessas com retorno retardado.

O Serviço Nacional de Saúde não dá resposta a tempo e horas, a saúde pública está doente. O povo não aceita este abandono a quem necessita, a tempo e a horas, da assistência.

Pretendo um esclarecimento de V. Ex^a, Sr. Presidente, Rogério Bacalhau Coelho, o homem da verdade e o homem que não se esquece das coisas.

Atribuído foi à ACRAL, Associação de Comerciantes do Algarve, em reunião de Câmara, ao abrigo da proposta número 219, de 1 de junho de 2024, no valor de 690 mil euros – irrisório... – para vários eventos na capital, tendo como fiel depositário e presidente da citada associação, o senhor jurista, Dr. Miguel Morgado Henriques, uma pessoa extremamente conceituada.

Depois, falando mais uma vez no embarque nas Portas do Mar, o perigo iminente na passagem da via-férrea, neste local, para quem embarca para as ilhas. V. Ex^a deu-me a conhecer que irá ser criado um novo cais de embarque, próximo a São Francisco, com segurança. Para quando essa promessa será concretizada? No final do seu mandato, de V. Ex^a?

Saber esperar sempre, é uma grande virtude, mas os farenses estão saturados das suas promessas.

Para quando a eliminação – isto é muito sério, eu já falei aqui várias vezes – dos guetos na nossa capital, como por exemplo, locais que eu vou referenciar: Heróis da Pátria, Horta da Areia, Serro do Bruxo... eu já lhe fiz um desafio no passado, estou disponível para o acompanhar, quando o senhor disponibilizar tempo, para ir consigo e mostrar-lhe aquilo que vai mal e a falta de atenção do presidente perante os seres humanos na nossa capital algarvia.

Boa noite e muito obrigado.»

Sr^a. Múncipe Rosa Nobre – «Boa noite, excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia, boa noite, excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, boa noite a todos e todas.



Como sabem, eu sou moradora na Urbanização Janelas de Faro. Começo por agradecer ao engenheiro Bruno Lages, por o bonito gesto que nos fez de transplantar as árvores que se encontravam na rotunda.

Queria aqui deixar e dizer que nós temos das árvores mais bonitas e mais antigas na cidade e que, tal como os gatos e os cães têm um respeito, nós gostaríamos também que tal como dão alimento aos gatos na nossa urbanização, que temos uma colónia que cada vez é maior, tivessem respeito pelas nossas árvores e as protegessem.

Nós estamos a ver todos os dias, agora com a nova construção, o abate de pinheiros, alfarrobeiras e amendoeiras, que são árvores centenárias e que gostaríamos só de perguntar se não é possível arranjam uma pequena verba e as transplantar para nossa Praceta, porque as nossas morreram com falta de água porque a rega não é suficiente. Era só perguntar se não existe possibilidade daquelas que ainda não foram abatidas, porque aquelas muito grandes e bonitas que estavam na zona do Bricomarché e Intermarché foram todas. É muito triste, nós quando saímos da nossa casa ver este abate assim desenfreado, só porque sim, porque elas estavam lá.

Então pedia só para pensarem um pouco nestas árvores e queria partilhar convosco, que é bonito ir no carro com os meus filhos, levá-los à escola e dizermos todos os dias “bom dia” às árvores que vemos na avenida e em frente ao tribunal que sabemos que são nossas.

Nós estamos lá há dezoito anos e elas cresceram sem água. E as outras, gostaria que fossem todos ver, vão até ao Continente e vejam as árvores que vão ser abatidas e aquelas que já foram e que não foram recolocadas com as intempéries.

Mas o que nos traz aqui hoje, em particular na nossa Urbanização, Janelas de Faro, é uma obra. Nós estivemos aqui reunidos, no passado dia 19, com o arquiteto João Jesus e arquiteta Goreti Ramos, por indisponibilidade da Sra. vereadora Sophie, por uma indisposição e gostaríamos somente perguntar se o construtor Ferreira Building vai ou não recuar com a construção dos tapumes que ocupou os nossos lugares de estacionamento do nosso loteamento, os passeios da Nacional 2 e o



passeio de acesso à Escola da Lejana, à Escola Neves Júnior, ao Continente, por todos que lá moramos novos e velhos, com e sem andarilho, com e sem crianças, e se as casas que se encontram em frente à Nacional 2 vão voltar a ter os seus lugares de estacionamento que foram feitos aquando da requalificação da Estrada do Alportel, e se vai continuar a entrada e saída de viaturas pelo nosso lugar de estacionamento. Porque entrando um camião do Barra & Brita, nós não conseguimos sair do nosso estacionamento, não conseguimos sair da nossa garagem, não podemos chamar a polícia porque a polícia não tem como, portanto já merecíamos também um Posto da PSP na Lejana, acho que faz todo o sentido, mas não é para agora, é para outra situação.

Por último, queria mencionar que no dia 21-6-2024, saiu uma legislação, a Resolução de Conselho de Ministros 80/2024, que mantém o reconhecimento da situação da alerta na Região do Algarve, por motivo de seca e aprova um quadro de medidas de resposta. Quero dizer que a obra da Avenida 25 de Abril, Avenida Mário Lyster Franco, tem todos os dias uma conduta de água potável, ligada a uma mangueira para fazer compactação e para tirar a terra para evitar a poeira, todos os dias. E nós temos registado fotograficamente e em vídeo. Gostaria de saber também qual é a medida que vão tomar para esta situação. Obrigada, boa noite a todos.»

Sr. Município Valter Alfaiate – «Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Dirijo-me ao membro Sérgio Martins, para lhe dizer que tem muita razão em relação às hortas boas aqui em Faro, foram todas comidas pelos “galiões” da construção civil. Aquela Avenida que foi feita até lá ao fundo, não foi para o benefício de Faro, foi para beneficiar os donos daqueles terrenos, que são sempre os mesmos, os donos dos lóbis, o Sr. Ramos, a grande firma que anda aí tapada e que as pessoas não sabem. Isto está a ser preparado há anos, há anos que está a ser preparado. Como foi ali o terreno do Sr. Ramos, a seguir à Citroen que também foi para uma zona industrial.



Isto é uma máfia, não é verdade? Isto é feito em anos e anos e anos e depois é conduzido e agora há uma pressa imensa para aprovar o PDM quando se sabe que os PDM vão ser todos revistos.

Bem, estão aí os prédios desalinhados e não vale a pena perguntar nada a Sr. Presidente, que ele não responde ou só responde aquilo que ele quer.

Portanto, o PS é uma força de oposição, que de há uns tempos para cá que eu noto que anda com uma falta de direção, de chefe. O PS está muito em baixo, em Faro! É um partido que está nas lonas, como eu costume dizer, e faz falta, porque o PSD tem um líder que quer ser candidato, mas não fala, nunca se demonstra, nunca diz nada, consente tudo, é mandado pelo Presidente Câmara e pelo sócio Putin, portanto, não vale a pena, Deus nos livre se alguém desta gente vem para Presidente de Câmara.

Está um prédio ali em frente da farmácia Almeida, que está desalinhado, os deputados do PS façam o favor de verem isso.

E havia três terrenos em Faro que eram três ex-líbris da cidade. Era Alameda, a Mata do Liceu e a Emissora. O Sr. Presidente que tem destruído Faro, está preparado para destruir agora mais um dos ex-líbris da cidade que são os terrenos da Emissora. Você vai acabando com tudo, vai acabando com Faro. Não sei é se algum dia ainda o deixarão morar cá! Portanto, não deixem acabar com o terreno da Emissora, porque aquilo vai ser outra vez para o lóbi da construção, para as jogadas, aquilo serve por tudo.

A ACRAL tem como presidente um advogado que, é juntamente com o vereador Paulo Santos e a antiga esposa, são arguidos num processo que dura há três anos. A gente já tem música da Câmara que é o que se tem dado a esta cidade; já temos a Ambifaro a fazer o F. E agora vai-se dar a uma instituição que é de comerciantes, seiscentos e noventa mil euros, que é para mais música, a umas pessoas que são arguidas, que o presidente é arguido no processo de Ambifaro, e um colega do Sr. Paulo Santos, que votou também essa proposta. O arguido vota a favor do arguido! Isto é um escândalo nesta cidade, isto é um escândalo nesta Câmara. Eu nunca vi, em mandatos nenhuns, uma pessoa como este



senhor, este senhor não, este presidente, para fazer tudo como quer e como lhe apetece.

O PS está fraco, não tem liderança, e vocês, PSD, têm a culpa de tudo, porque vocês aprovam, dizem, mas não tomam conta de quem têm que tomar. Vocês é que têm culpa disso tudo! E o Sr. Bruno Lage se quer ser candidato à Câmara, não pode ser molinho.

Na última vez cortaram a transmissão da minha intervenção. O que eu disse nessa parte que está cortada é que o Sr. Presidente da Câmara trocou um Volvo topo de gama ao fim de dois anos por outro. E até ao fim do mandato ainda vai ser mais dois anos, se calhar ainda vai trocar este que tem por outro. E anda aí a dizer para a gente tomar conta da água, não nos lavarmos bem, não faz mal cheirar mal ou não, mas ele vai gastando e rebentando com dinheiro. Nos últimos cinco, seis anos, comprou cem viaturas a Fiaal.

Os vereadores do PS têm que tomar uma posição, os senhores têm que denunciar estes casos, porque é esse o vosso serviço. Mas vocês parecem que não têm liderança. Espero bem que chegue depressa e rápido uma liderança ao PS. Porque dentro do PSD não vejo ninguém com capacidade. Muito obrigado.»

Terminadas as intervenções dos munícipes, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente. Relativamente ao que o Sr. Carlos Costa referiu, tomamos boa nota das recomendações que aqui fez. Muito obrigado.

Sobre o que o Sr. Hélder Azevedo referiu, irei ver essa questão. E dizer que no caso da Rua José de Matos, embora eu tenha falado com o proprietário, foi iniciativa dele e, portanto, os parabéns não são para mim, são para o proprietário que teve essa iniciativa e que melhorou ali uma questão. Já tínhamos falado nisso em tempos, mas ele é que merece essa referência.

Sobre o que o Sr. António Mateus referiu, sobre a pintura das passadeiras, na próxima semana, numa contratação que fizemos, ir-se-á



iniciar essa questão. Das calçadas, está uma empresa também a fazer isso e temos um outro concurso que vai ser agora lançado.

Sobre a criminalidade e sobre a questão da falta das forças de segurança e os problemas temos aí, ainda esta semana esteve aí a Sr.^a Ministra da Administração Interna e falei com ela sobre essa questão e outras também. Aliás, esteve aí também, a semana passada, a Secretária de Estado da Segurança Social e falámos sobre um conjunto de matérias que tem a ver com aquilo que referiu.

Infelizmente, e sei que é um assunto que a si lhe é caro e difícil, a questão do Serviço Nacional de Saúde e tudo o que está relacionado com a saúde, infelizmente temos muito que andar e melhorar.

Da ACRAL, volto a referir que o que fizemos foi a questão do “Faro Somos Todos”, que tem a ver com a dinamização da Baixa, com a dinamização do comércio local.

Nas Portas do Mar, daquilo que referiu, e do Novo Cais, penso que durante um mês/dois iremos lançar o concurso de empreitada para o projeto que vai ligar o Largo de São Francisco às Portas do Mar, com dois cais novos e duas passagens subterrâneas por baixo da linha de caminho de ferro.

Sobre as outras questões estamos a trabalhar, mas não tenho uma data para lhe referir.

Sobre a questão das Janelas de Faro, dizer-vos que todas as intervenções que fazemos que têm árvores, as árvores são colocadas noutra lado. Aliás, aquelas que veem em frente ao Tribunal resultaram de uma intervenção dessas.

Sobre intervenções em terrenos privados, aí podemos sensibilizar, aliás já temos tido casos em que nós ficamos com as árvores, mas também neste caso as árvores que estavam lá, eu não vi, mas regra geral essas árvores têm valor económico e portanto geralmente elas são vendidas para outros locais.

Mas, da nossa parte, aquilo que temos feito é transplantá-las e isso aconteceu no Largo Ferreira da Almeida e irá acontecer certamente noutras situações. Na rotunda na Avenida Aníbal Guerreiro, que está em



construção ao lado das Janelas de Faro, aquela rotunda que está lá vai ser toda partida e feita uma nova muito maior, aquelas árvores vão ser transplantadas para outro local, e na avenida vão ser plantadas um conjunto alargado de árvores.

Sobre a questão dos tapumes, eu já pedi para ver, não sei se é possível alargar mais o espaço, embora nas duas estradas haja um passeio do outro lado, que pode ser incómodo mas têm sempre essa alternativa. Eu não sei se é possível retirar dali os tapumes, porque isso depois pode inviabilizar a obra, aliás temos essas situações em toda a cidade e em particular aqui dentro e ali. Porque se não autorizarmos a questão da utilização muitas vezes dos passeios, depois a obra não consegue ser feita porque não dá para pôr as gruas e todo o material que muitas vezes é necessário e, portanto, temos que ter isso em conta. Neste caso aquilo é uma obra que para nós, em termos globais, tem interesse, são sessenta novos apartamentos que vão nascer ali e portanto, com a falta de habitação, certamente que vai ser positivo para todos mas estamos a acompanhar.

Sobre a questão da água mandarei amanhã verificar essa mesma questão.

Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Muito obrigado Sr. Presidente. Com isto chegamos ao fim da sessão, dou por encerrados os trabalhos. Muito obrigado.»

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia Municipal, em exercício

O Primeiro Secretário, em exercício

O Segundo Secretário, em exercício